



**Ana Filipa Almeida  
Fernandes**

**Sensibilizar para a “não discriminação por  
incapacidade”**



**Ana Filipa Almeida  
Fernandes**

**Sensibilizar para a “não discriminação por  
incapacidade”**

Relatório de estágio apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Gabriela Correia de Castro Portugal, Professora associada do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro

**o júri**

presidente

Professora Doutora Ana Carlota Teixeira de Vasconcelos Lloyd Braga  
Fernandes Tomaz  
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

Professora Doutora Vera Maria Silveiro do Vale  
Professora Adjunta da Escola Superior de Educação de Coimbra

Professora Doutora Maria Gabriela Correia de Castro Portugal  
Professora Associada da Universidade de Aveiro (orientadora).

## **agradecimentos**

Mais uma fase da minha vida está prestes a chegar ao fim. Não poderia deixar de agradecer a todos aqueles que de uma maneira, ou de outra, estiveram sempre ao meu lado para me apoiar, dar força e ajudar para que tudo isto fosse possível de se realizar.

Agradeço à minha orientadora Maria Gabriela Portugal, pelo apoio e disponibilidade demonstrada ao longo do semestre.

Agradeço à minha família todo o apoio que me deu e em especial à minha mãe pois, sempre que precisei ela esteve lá para me ajudar.

Agradeço à Professora Carlota Thomaz, orientadora de estágio, pelos seus comentários, sugestões e críticas construtivas que me fizeram crescer enquanto pessoa.

Agradeço à minha amiga e colega de estágio Dominique Caroch, por termos sido companheiras nesta longa caminhada e termos partilhado momentos que irão ficar para sempre na minha memória.

Agradeço à professora Marinela Oliveira Costa, professora titular da turma onde o projeto foi realizado, pela sua disponibilidade e apoio demonstrado ao longo da nossa intervenção.

Agradeço ainda a todos os alunos que fizeram parte deste projeto e que desde o início se demonstraram recetivos, participando com entusiasmo e dando sempre a sua opinião. Sem eles nada teria sido possível.

**palavras-chave**

sensibilização à não discriminação por incapacidade; necessidades educativas especiais (NEE); inclusão.

**resumo**

Sendo a escola um lugar ideal para formar cidadãos é importante que ela acolha toda a população escolar, numa perspectiva de escola para todos, indo ao encontro de uma educação inclusiva, respeitando e valorizando as diferenças. Assim, torna-se um desafio atender à diversidade da população escolar, principalmente dos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), promovendo um ambiente de aceitação, partilha, reflexão e interajuda através de relações interpessoais de qualidade. Nesta linha de pensamento, o presente trabalho, desenvolvido numa turma do 1.º ciclo do ensino básico, teve como principais objetivos sensibilizar as crianças de um 2.º ano de escolaridade para as questões da não discriminação, procurando proporcionar-lhes a vivência de diversas situações relacionadas com as incapacidades auditiva, visual e motora, no sentido de educar a sua compreensão e empatia em relação a tais situações. Procurou-se, ainda, perceber o impacto de diversas estratégias pedagógicas/didáticas de sensibilização à não discriminação por incapacidade nas aprendizagens das crianças. Concluímos assim, que os alunos revelaram bastante sensibilidade para a problemática das pessoas com deficiência, uma vez que, ao longo das sessões foram demonstrando, cada vez mais, atitudes de respeito para com aqueles que, por alguma razão, são “diferentes”.

**keywords**

Awareness to non-discrimination on learning disability; Special Educational Needs; inclusion.

**abstract**

Being the school an ideal place to train citizens it is important that it welcomes all school population, in a perspective of school for all, with the objective of an inclusive education, respecting and valuing differences. Thus, it becomes a challenge to meet the diversity of the school population, especially the students with Special Educational Needs, fostering an environment of acceptance, sharing, reflection and mutual aid through quality interpersonal relationships.

In this line of thought, this paper developed in a class of the first year of basic education, had as its main objective to make second-year-children aware of non-discrimination issues, seeking to provide them with the experience of various situations related to hearing impairments, visual and motor disabilities in order to educate their understanding and empathy with such situations. We also tried to realize the impact of different awareness teaching strategies to non-discrimination on learning disability in children.

We conclude that students showed enough sensitivity to the problems of people with disabilities, since, during the sessions they were increasingly showing, attitudes of respect for those who, for whatever reason, are "different".

# Índice

Índice de quadros.....	2
Índice de anexos.....	3
Lista de Abreviaturas.....	4
Introdução.....	5
I Parte – Enquadramento teórico.....	8
1. A Convenção sobre os Direitos da Criança.....	9
2. O direito à não discriminação (art.º 2).....	11
3. A educação para uma cidadania inclusiva.....	13
4. Comportamentos discriminatórios na escola.....	17
5. O conceito de NEE.....	19
6. Educação Inclusiva.....	25
II Parte – Trabalho Empírico.....	28
1. Orientações Metodológicas do Estudo.....	29
2. Caracterização das intervenções de estágio.....	31
3. Avaliação do projeto.....	39
Considerações Finais.....	54
Bibliografia.....	57
Anexos.....	61

## **Índice de Quadros**

<b>Quadro 1-</b> Visão geral do Projeto.....	35
<b>Quadro 2-</b> Registo dos níveis de implicação na categoria Jogos/ experiências.....	42
<b>Quadro 3-</b> Registo dos níveis de implicação na categoria Expressões Artísticas.....	45
<b>Quadro 4-</b> Registo dos níveis de implicação na categoria Textos e sua exploração.....	48
<b>Quadro 5-</b> Registo dos níveis de implicação na categoria Vídeos.....	51



## Índice de Anexos

<b>Anexo 1-</b> Registo fotográfico: Cartaz com as regras da sala de aula.....	62
<b>Anexo 2-</b> Texto sobre os direitos das crianças.....	63
<b>Anexo 3-</b> Banda desenhada com os dez direitos das crianças.....	66
<b>Anexo 4-</b> Registo fotográfico: Móbil coletivo com as imagens relativas aos dez direitos.....	68
<b>Anexo 5-</b> Canção sobre os sentidos.....	69
<b>Anexo 6-</b> Registo fotográfico: Jogo sobre o sentido do tato.....	70
<b>Anexo 7-</b> Registo fotográfico: Experiência sobre o sentido do paladar e do olfacto.....	71
<b>Anexo 8-</b> Análise de uma notícia do jornal.....	72
<b>Anexo 9-</b> Texto “Falar com as mãos”.....	73
<b>Anexo 10-</b> Livro “Sou asas”.....	76
<b>Anexo 11-</b> Registo fotográfico: “Gestualizar” palavras em língua gestual.....	77
<b>Anexo 12-</b> Registo fotográfico: Cartaz alusivo ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.....	78
<b>Anexo 13-</b> Registo fotográfico: Puzzle de um desenho alusivo à deficiência.....	79
<b>Anexo 14-</b> Visualização da história em vídeo “O som das cores”.....	80
<b>Anexo 15-</b> Visualização em vídeo das cores em língua gestual.....	81
<b>Anexo 16-</b> Registo fotográfico: Jogo da cabra cega.....	82
<b>Anexo 17-</b> Leitura do “livro negro das cores”.....	83
<b>Anexo 18-</b> Primeira ficha de trabalho.....	84
<b>Anexo 19-</b> Segunda ficha de trabalho.....	85

## **Lista de Abreviaturas**

**NEE** - Necessidades Educativas Especiais

**CDC** - Convenção dos Direitos das Crianças

**L.B.S.E** - Lei de Bases do Sistema Educativo

**CIF** - Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

**OMS** - Organização Mundial de Saúde

**PEI** - Programa Educativo Individual

**LGP** - Língua gestual Portuguesa

# Introdução

O presente relatório de estágio reporta-se ao trabalho desenvolvido no âmbito da componente de prática pedagógica supervisionada do Mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, envolvendo as unidades curriculares de Seminário de Investigação Educacional e de Prática Pedagógica, num primeiro semestre com trabalho em contexto de educação pré-escolar e, num segundo semestre, em contexto de 1.º Ciclo do Ensino Básico.

No primeiro semestre, foi selecionado o tema de estudo, tendo como pano de fundo a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), mais especificamente o artigo 2 que aborda o direito da criança à não discriminação.

Ferreira & Guimarães (2003) mostrou que a educação é um dos elementos mais importantes na promoção da inclusão social e da igualdade de oportunidades, assim, importa conhecer e valorizar a "Convenção sobre os Direitos da Criança" e dá-la a conhecer aos alunos, refletindo sobre as lacunas ainda existentes ao nível da sua concretização. Assumiu-se, desde logo, que seria importante conhecer os direitos das crianças para os valorizar, respeitar e dar a conhecer às próprias crianças.

Sendo o estágio realizado em díade, a conceção e desenvolvimento do projeto decorreu em parceria, sendo que a atenção de cada elemento da díade, durante o processo, se focalizou em aspetos distintos. Assim, após uma leitura atenta da "Convenção sobre os Direitos da Criança" optou-se por aprofundar o artigo 2 que aborda a não discriminação,

dado que, as crianças desde cedo devem ser sensibilizadas para a importância do respeito e aceitação do outro.

Sendo a não discriminação um tema vasto, cada elemento da díade de estágio seleccionou como objecto de estudo um determinado tipo de discriminação: um dos elementos seleccionou a não discriminação racial e cultural e, no nosso caso, seleccionámos **a não discriminação por incapacidade.**

No início do estágio, a díade, em conjunto, decidiu abordar com as crianças da turma a "Convenção sobre os Direitos da Criança", de seguida, e ainda em conjunto, explorou o direito à não discriminação, de uma forma geral. Numa fase posterior, os temas individuais foram tratados através de atividades diversas de forma a cativar os alunos, para a temática.

Focando agora mais especificamente o tema da não discriminação por incapacidade é necessário sublinhar que, todos os dias, as pessoas com deficiência se deparam e têm de enfrentar dificuldades, nomeadamente nos acessos, no transporte, na educação, no emprego e até na compreensão e aceitação por parte dos outros. São muitas as pessoas que são discriminadas apenas por terem alguma incapacidade, deste modo é fundamental sensibilizar os alunos para a problemática da pessoa/criança com deficiência que não deve ser discriminada, consciencializando-os assim, para o facto de todos termos os mesmos direitos. A Convenção sobre os Direitos da Criança determina, no seu artigo 28 que todas as crianças têm o direito à educação, tendo em conta a igualdade de oportunidades. Todas as crianças independentemente de alguma deficiência/incapacidade têm o direito à educação, a serem integradas numa turma e na sociedade. Tal como está preconizado no ponto 2 do artigo 2.º do Decreto Lei n.º 3 de 2008, onde afirma que " ... as escolas ou os

agrupamentos de escolas... não podem rejeitar a matrícula ou a inscrição de qualquer criança ou jovem com base na incapacidade ou nas necessidades educativas especiais que manifestem.”.

Assim, no contexto do nosso estágio, numa escola pertencente a um agrupamento de escolas do concelho e distrito de Aveiro, definimos como objetivo principal sensibilizar as crianças de uma turma do 2.º ano de escolaridade para as questões da diferença. Para tal, proporcionou-se-lhes a vivência de diversas situações relacionadas com as incapacidades auditiva, visual e motora, no sentido de educar a sua compreensão e empatia em relação a tais condições.

A partir da experiência formativa do estágio elaborámos o presente relatório cujo título é “Sensibilizar para a não discriminação por incapacidade” e que procura sistematizar uma experiência pedagógica que se espera ter reflexos na formação pessoal dos alunos.

No que se refere à sua estruturação formal, o presente relatório de estágio está organizado em duas partes distintas, uma parte teórica e uma parte que relata o trabalho empírico desenvolvido. Procurou-se interligar as duas partes já ao longo da concretização da ação prática do estudo, na medida em que para compreendermos e trabalharmos este tema da sensibilização à não discriminação por incapacidade, foi necessário uma sustentação teórica que permitiu interiorizar determinados conceitos para os poder transmitir de uma forma mais acessível aos alunos.

Assim, na primeira parte, apresenta-se o enquadramento teórico e, na segunda parte, o trabalho de campo desenvolvido com uma turma do 2.º ano de escolaridade, em que se fizeram várias abordagens pedagógicas, procurando suscitar atitudes positivas por parte das crianças em relação às pessoas com incapacidades.

# **I Parte - Enquadramento teórico**

Cada criança é um tesouro. Mas um tesouro frágil. Logo que nasce precisa do amor dos pais, de quem a alimente, a vista, cuide dela. Hoje, em Portugal, as famílias, a sociedade e o Governo preocupam-se muito com os mais novos mas nem sempre foi assim. Desde 1835 que existe, entre nós, educação primária gratuita para todos, mas a verdade é que quem morava longe das escolas ou vivia com dificuldades raramente as frequentava... (Soares, 2009: 3- 4)

## **1. A Convenção sobre os Direitos da Criança**

Analisando a Convenção dos Direitos da Criança (CDC) verificamos que foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989. Nesse momento, a comunidade internacional tomou consciência da importância existente na atribuição de direitos inerentes à criança, assim como, deveres, normas e obrigações.

Segundo o site da Unicef a Convenção dos Direitos da Criança foi ratificada por Portugal em 21 de setembro de 1990 comprometendo-se, assim, o governo português a tomar as medidas necessárias para que todas as crianças gozem dos direitos definidos na mesma. Esta Convenção é considerada o mais completo e importante documento sobre os direitos de todos os seres humanos, com menos de 18 anos de idade. No total, é constituída por 54 artigos que podem ser divididos em quatro categorias distintas de direitos: o direito à sobrevivência (e.g. o direito a cuidados adequados), o direito ao desenvolvimento (e.g. o direito à educação), o direito à proteção (e.g. o direito à não discriminação) e o direito à participação (e.g. o direito de exprimir a sua própria opinião).

Ainda segundo o mesmo site, a CDC veio permitir que se encarasse, pela primeira vez, a criança como um ser titular de direitos e liberdades fundamentais. Convém referir que o tratado internacional é um importante instrumento legal devido ao seu carácter universal e também pelo facto de ter sido ratificado pela quase totalidade dos estados do mundo. Apenas seis Estados, Ilhas Cook, Oman, Somália, Emiratos Árabes Unidos, Suíça e Estados Unidos da América ainda não ratificaram a Convenção sobre os Direitos da Criança.

Como forma de sensibilizar o mundo para a proteção e o desenvolvimento da criança, comemora-se a 1 de junho o Dia Mundial da Criança e a 20 de novembro o Dia dos Direitos Internacionais da Criança (relembrando assim a data em que foi adotada, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, esta Convenção).

No que se refere aos Direitos da Criança, hoje em dia, é importante consciencializar a comunidade para a sua implementação e divulgação, para que cada criança seja aceite pela comunidade tal e qual como é, não havendo deste modo, qualquer tipo de discriminação.



## **2. O Direito à não discriminação (artº 2 da CDC)**

“Todos os direitos se aplicam a todas as crianças sem exceção. O estado tem obrigação de proteger a criança contra todas as formas de discriminação e de tomar medidas positivas para promover os seus direitos.” (Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989: 6)

Este artigo refere-se ao direito da criança ser protegida de qualquer discriminação “independentemente de qualquer consideração de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra da criança, de seus pais ou representantes legais, ou da sua origem nacional, étnica ou social, fortuna, incapacidade, nascimento ou de qualquer outra situação”. (Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989: 6)

A discriminação tem, muitas vezes, a sua origem no simples preconceito e pode ser definida como sendo um “juízo” preconcebido, geralmente manifestado na forma de uma atitude discriminatória perante pessoas consideradas diferentes ou “estranhas”.

Importa então atender a várias definições:

Segundo a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial – CERD (1966: 2), define discriminação racial como sendo:

... qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano, (em igualdade de condição), de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio políticoeconômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de sua vida.

A discriminação sexual, também conhecida por sexismo, refere-se ao conjunto de ideias em que se privilegiam pessoas de determinado género em detrimento das pessoas de outro género.

A discriminação linguística ou preconceito linguístico, caracteriza-se pelo julgamento depreciativo contra determinadas variedades linguísticas.

Quanto à discriminação em função da religião, importa saber que cada indivíduo poderá optar pela religião que bem entender, sem ser ferido na sua cidadania com base nessa escolha. A religião é uma escolha livre de cada cidadão que deve ser respeitada por todos.

A discriminação quanto à opinião política e origem nacional, é algo que remete para o facto de cada pessoa ter direito de pertencer à ideologia política que é do seu interesse, e assumir a sua própria nacionalidade, não devendo ser discriminada por tal.

Para finalizar, a discriminação em função da incapacidade, está relacionada com o desrespeito por qualquer pessoa portadora de deficiência, colocando em causa a dignidade da mesma.

### **3. A educação para uma cidadania inclusiva**

Segundo o que está consignado na Lei de Bases do Sistema Educativo (L.B.S.E), mais propriamente no seu artigo 1.º, o sistema educativo define-se como sendo um conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação de forma a promover o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.

Neste sentido, na Lei de Bases do Sistema Educativo mais propriamente no artigo 2 enumeram-se os princípios gerais que devem ser tomados em conta:

- “O sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho.”

“A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.”

Perante o que está definido como princípios gerais da Lei de Bases será a escola capaz de tão grande desafio no que respeita ao desenvolvimento de cidadãos comprometidos com a não discriminação?

Tendo em conta estes pressupostos foi pertinente a abordagem do tema da não discriminação por incapacidade através das vivências que foram proporcionadas aos alunos contribuindo assim para a sua formação pessoal e social.

Nas orientações curriculares para a educação pré-escolar existe a área de Formação Pessoal e Social que, sendo uma área transversal, deverá contribuir para promover nos alunos atitudes e valores que lhes permitam tornarem-se cidadãos conscientes e solidários fomentando atitudes de tolerância, compreensão do outro e respeito pela diferença.

No Currículo Nacional do Ensino Básico existe uma área curricular não disciplinar, Educação para a Cidadania como sendo um espaço privilegiado para o desenvolvimento da educação para a cidadania visando a tomada de consciência cívica por parte dos alunos como elemento fundamental do processo de formação de cidadãos responsáveis, críticos e ativos.

O sistema educativo determina o caráter universal e obrigatório do ensino, na medida em que não estabelece vias diferenciadas nem opções prematuras susceptíveis de criar discriminações. Convém referir que o sistema educativo, atualmente, integra nas escolas públicas crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) designadamente com deficiências físicas e mentais, promovendo as condições adequadas ao seu desenvolvimento.

Em termos legislativos, primeiro com o Decreto-Lei 319/91, depois com o Despacho Normativo nº 105/ME/97 de 1 de junho de 1997 e atualmente com a publicação do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro, assistimos a alterações significativas, promovendo a abertura da escola a alunos com necessidades educativas especiais numa perspetiva inclusiva, não havendo assim lugar a discriminação.

O lugar à não discriminação é sublinhado por vários autores dos quais se destaca Soares (2009: 7)

Cada criança é única, é especial para quem a ama. Mas todas têm os mesmos direitos, quer sejam rapazes quer sejam raparigas. Há meninos brancos, negros, amarelos ou com a pele vermelha. De várias raças. Há meninos cristãos, muçulmanos, hindus, de muitas religiões ou sem religião. Há meninos ricos e pobres. Mas são todos membros da humanidade e devem ser protegidos da mesma forma, existindo leis que castigam aqueles que os discriminam pelas suas diferenças.

Do ponto de vista dos direitos humanos, a inclusão de todas as crianças no ensino regular deve ser vista como fundamental para promover uma sociedade em que cada um possa encontrar o seu lugar, enquanto cidadão participativo. É importante que todos os alunos aprendam juntos independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentam. O processo de implementação de escolas verdadeiramente inclusivas que segundo Rodrigues (2006: 13) constituem “a promoção da formulação da educação em novas bases que rejeitem a exclusão e promovam uma educação diversa e de qualidade para todos os alunos”, é algo complexo e lento, apresentando, por vezes, alguns avanços e recuos pois implica mudanças radicais na forma como concebemos, não só a escola mas também a nossa participação social. Considerar a diversidade como um ponto de partida leva à aceitação da diferença em vez de à sua estigmatização e por conseguinte à discriminação. Por um lado, permite construir o direito a ter um lugar na escola mesmo quando se é diferente, e por outro lado, ensina os alunos a conviver com pessoas diferentes aprendendo a respeitar a dignidade e a identidade de cada um.

Os alunos devem ser todos tratados da mesma forma, com o mesmo direito de ter uma educação livre de preconceitos, igual em oportunidades para todos os cidadãos. Por vezes, a comunidade parte do princípio que as crianças diferentes, com necessidades

educativas especiais não conseguem progredir tanto como as outras, sendo por isso, muitas vezes excluídas.

Educar em direitos humanos é um processo pelo qual os cidadãos aprendem sobre os seus direitos e os direitos dos outros, num campo de aprendizagem interativo e participativo, contribuindo assim, de forma positiva para a interiorização de valores. Neste sentido, a educação para os direitos humanos deve iniciar-se desde o berço pois é na convivência com os seus pais, irmãos, familiares, amigos, colegas de escola, educadores... que a criança vai interiorizando os valores fundamentais para uma vida de cidadania ativa e solidária. A escola não é, portanto, a única responsável pela educação para os direitos humanos no entanto, não deve demitir-se do seu papel.

Quanto mais possibilidades a criança tiver de participar ativamente na sociedade em que está inserida, maiores são as probabilidades de interiorizar um referente ético ajustado e de se tornar um adulto crítico, responsável e solidário.

Existindo diversas formas de violação dos direitos humanos, como é o caso da exploração infantil, das diferentes formas de racismo e de discriminação por motivos religiosos, políticos, étnicos, sexuais, etc., cabe à sociedade em geral e a todos em particular estar atentos a essas violações da dignidade humana denunciando-as com coragem e promovendo ações de sensibilização. Neste sentido, assume-se este trabalho de investigação também como um pequeno contributo.

## **4. Comportamentos discriminatórios na escola**

Sendo a escola um local ideal para formar cidadãos responsáveis, muitas vezes, é na escola que podemos observar diferentes tipos de discriminação, manifestada através de agressão verbal, física e psicológica. Qualquer um destes atos tem como intenção magoar alguém e os seus efeitos sobre a vítima podem ser marcantes. As crianças que são discriminadas na escola, tanto por colegas de turma como, por vezes, por professores, podem experienciar um enorme mal estar e vir a ter perturbações graves. Segundo Silva (2008), baseada na opinião de Thorne (1995), estas perturbações poderão levar ao insucesso escolar, à depressão e em casos mais graves ao suicídio.

Silva (2008: 136) refere que “A discriminação na escola pode tomar formas variadas: agressão física, verbal e psicológica...”. A autora considera que a agressão verbal é muito comum no universo de relações conflituosas entre alunos e também entre estes e os professores. Geralmente estas agressões verbais atingem a vítima através de insultos às suas características físicas, à sua família e sobretudo aos seus pais, à sua nacionalidade, à sua cultura e às ideias preconceituosas criadas sobre determinados grupos. Na maioria das vezes a agressão verbal dá origem à agressão física.

Por sua vez, a agressão psicológica pode ser verbal ou não e tem, tal como todas as outras a intenção de magoar alguém. Esta agressão psicológica é, por vezes, tão ou mais prejudicial que a agressão física e caracteriza-se por rejeição, humilhação e discriminação.

A autora anteriormente referida que na escola, em geral, por vezes são discriminados, os alunos oriundos de diferentes culturas, de um estatuto socioeconómico baixo e com

diferente cor de pele. Por outro lado, os grupos com um grande poder económico e culturalmente valorizados, raramente são alvo de discriminação social.

Impõe-se à escola educar para o respeito pela diferença reconhecendo-se que a procura de soluções passa necessariamente pela participação ativa de todos os intervenientes no ato educativo, pelo debate de ideias, pela partilha e negociação, pela diversidade, pela flexibilidade e adaptação às realidades grupais e contextuais, pela análise e reflexão do que é feito em cada escola e do que poderá vir a ser feito no futuro. Só assim, se irá ao encontro de todos os cidadãos proporcionando a todos, independentemente da sua origem socioeconómica, da sua cultura, da sua incapacidade...a escola a que têm direito. Trata-se da escola que põe em prática os direitos das crianças e que proporciona uma educação de qualidade, que contribua para o desenvolvimento de uma sociedade democrática, através de cidadãos educados, ativos, interventivos, sem preconceitos, contribuindo simultaneamente para a justa dignificação da imagem da educação, da escola e do professor.

Caberá a cada um de nós refletir sobre a nossa capacidade para agir pensando sempre naquela Escola para Todos que pretendemos edificar, onde não haja lugar a qualquer tipo de discriminação, em particular em relação às crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais.



## **5. O conceito de NEE**

O conceito de NEE, apesar de ter sido usado anteriormente, é retomado na Declaração de Salamanca e redefinido como abrangendo todas “ as crianças e jovens cujas carências se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares e consequentemente têm necessidades educativas” (Declaração de Salamanca 1994: 6).

Com a publicação do Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro o conceito Necessidades Educativas Especiais engloba os alunos com “ limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou vários domínios de vida decorrentes de alterações funcionais e estruturais de carácter permanente resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social...”.

Em Portugal a designação de NEE só é adotada em 1986 com a Lei de Bases do Sistema Educativo (L.B.S.E). Este documento legal (lei nº 46/86 de 14 de outubro) veio regulamentar a educação especial e a reforma representou uma viragem na legislação e no atendimento às crianças com problemas escolares. Com ela, a Educação Especial passou a ser uma modalidade específica e a reger-se por “disposições especiais”. Na nova versão da L.B.S.E consolidada em 30/08/2005 encontramos alguns artigos dedicados à Educação Especial (artigo 19.º, 20.º e 21.º) que é enquadrada nas modalidades especiais de educação escolar (subsecção IV).

A Educação Especial é encarada com o objetivo de permitir a “ recuperação e a integração socioeducativa dos indivíduos com necessidades educativas especiais devidas a deficiências físicas e mentais” (artigo 20.º - 1). Diz ainda que a escolaridade básica para crianças e jovens portadores de deficiência “deve ter currículos e programas devidamente

adaptados às características de cada tipo e grau de deficiência, assim como formas de avaliação adequadas às dificuldades específicas” (artigo 21.º - 4).

A criança para ser considerada aluna com NEE deve ser submetida a um processo de referenciação e avaliação tendo por referência a Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) da Organização Mundial de Saúde, tal como está preconizado no Decreto-Lei 3/2008, anteriormente referenciado.

O objetivo geral da CIF é uniformizar o tipo de linguagem definindo os componentes da saúde e alguns componentes do bem-estar relacionados com a saúde. Importa agora referir algumas definições dos componentes da CIF:

**Funções do corpo** são as funções fisiológicas dos sistemas orgânicos (incluindo as funções psicológicas).

**Estruturas do corpo** são as partes anatómicas do corpo, tais como, órgão, membros e seus componentes.

**Deficiências** são problemas nas funções ou nas estruturas do corpo, tais como, um desvio importante ou uma perda.

**Atividade** é a execução de uma tarefa ou ação por um indivíduo.

**Participação** é o envolvimento de um indivíduo numa situação da vida real.

**Funcionalidade** é um termo que engloba todas as funções do corpo, atividades e participação.

**Incapacidade** é um termo que inclui deficiências, limitação da atividade ou restrição na participação.

Na CIF, o termo deficiência corresponde, como descrito acima, a alterações nas funções ou estruturas corporais, ou seja, apenas no nível do corpo, enquanto o termo incapacidade seria bem mais abrangente, constituindo um termo genérico para deficiências, limitações de atividades e restrições à participação, indicando os aspetos negativos da interação entre um indivíduo (com uma determinada condição da saúde) e seus fatores contextuais (fatores ambientais ou pessoais) (OMS CIF, 2004).

Neste sentido, são avaliadas as funções e estruturas do corpo assim como a atividade e a participação e é traçado o perfil de funcionalidade do aluno, que servirá de base à intervenção.

Depois de feita a avaliação, e se se concluir que estamos perante uma criança com necessidades educativas especiais, seguindo as orientações do Decreto-Lei 3/2008 é elaborado o seu Programa Educativo Individual (PEI) onde se “fixa e fundamenta as respostas educativas assim como as respetivas formas de avaliação.”. Assim, o aluno passará a beneficiar de adequação do processo de ensino e de aprendizagem beneficiando de medidas educativas que visam promover a aprendizagem e a participação dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente. Segundo o mesmo Decreto-Lei são definidas medidas educativas, tendo em vista a inclusão dos alunos com NEE na escola regular, estando previstas no artigo 16º do referido Decreto:

- a) **Apoio pedagógico personalizado;**
- b) **Adequações curriculares individuais;**
- c) **Adequações no processo de matrícula;**
- d) **Adequação no processo de avaliação;**

e) **Currículo específico individual;**

f) **Tecnologias de apoio.**

Estas medidas podem ser aplicadas cumulativamente, com exceção das alíneas b) e e), não cumuláveis entre si.

**O apoio pedagógico personalizado** consiste:

“a) O reforço das estratégias utilizadas no grupo ou turma aos níveis da organização, do espaço e das atividades; b) O estímulo e reforço das competências e aptidões envolvidas na aprendizagem; c) A antecipação e reforço da aprendizagem de conteúdos lecionados no seio do grupo ou da turma; d) O reforço e desenvolvimento de competências específicas.”

As **adequações curriculares individuais** não põem em causa o currículo comum e “podem consistir na introdução de áreas curriculares específicas que não façam parte da estrutura curricular comum, nomeadamente leitura e escrita em braille, orientação e mobilidade; treino de visão e a atividade motora adaptada, entre outras.”

“A adequação do currículo dos alunos surdos com ensino bilingue consiste na introdução de áreas curriculares específicas para a primeira língua (L1) língua gestual portuguesa (LGP), segunda língua (L2) o português e terceira língua (L3) a introdução de uma língua estrangeira escrita.”

As **adequações no processo de matrícula** permitem escolher a escola adequada ao tipo de NEE, independentemente do local de residência do aluno, poder beneficiar de adiamento escolar na entrada para a escola e beneficiar ainda do regime de matrícula por disciplinas. Tanto os alunos surdos como os alunos cegos e com baixa visão podem frequentar as escolas de referência tendo em conta a sua problemática.

As **adequações no processo de avaliação** traduzem-se em diferentes tipos de provas ou instrumentos de avaliação; forma ou meio de comunicação do aluno; periodicidade, duração ou local de execução.

O **currículo específico individual** “substitui as competências definidas para cada nível de educação e ensino e inclui conteúdos conducentes à autonomia pessoal e social do aluno e dá prioridade ao desenvolvimento de atividades de cariz funcional.”

As **tecnologias de apoio** dizem respeito aos dispositivos facilitadores que se destinam a melhorar a funcionalidade e a reduzir a incapacidade do aluno.

Ainda segundo o mesmo Decreto, os alunos com necessidades educativas especiais, nomeadamente os alunos surdos podem frequentar, como mencionámos anteriormente, as escolas de referência para a educação bilingue de alunos surdos que constituem uma resposta educativa especializada desenvolvida em agrupamentos de escolas ou escolas secundárias que concentram estes alunos numa escola, em grupos ou turmas de alunos surdos. Estas escolas têm como principal objetivo aplicar metodologias e estratégias de intervenção interdisciplinares, adequadas a alunos surdos assegurando assim o desenvolvimento da LGP como a primeira língua.

O mesmo acontece com os alunos cegos e com baixa visão, podendo estes também frequentar as escolas de referência para a educação dos mesmos e que têm como principais objetivos: “assegurar o ensino e a aprendizagem da leitura e escrita do braille...; assegurar a utilização de meios informáticos e específicos...; assegurar o ensino e a aprendizagem da orientação e mobilidade; assegurar o treino visual específico” entre outros.

Existem ainda as unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo e as unidades de apoio especializado para a educação

de alunos com multideficiência e surdocegueira congênita que contituem uma resposta educativa especializada, desenvolvida nas escolas que concentram grupos de alunos que manifestem essas problemáticas.

## **6. Educação Inclusiva**

Nos últimos anos, a escola tem vindo a preocupar-se em criar melhores condições de forma a poder garantir uma boa formação de base para todos os alunos com ou sem NEE. Neste sentido, tem sido visível uma preocupação em procurar modelos que levem a implementação de práticas inovadoras de forma a construir uma escola mais humana e eficiente que proporcione a todos, aprendizagens realmente significativas. Surge, assim, o conceito de escola inclusiva que pretende educar todos os alunos, e a todos assegurar sucesso, excluindo atitudes discriminatórias, contribuindo assim para uma sociedade mais inclusiva.

A este propósito Rodrigues (2003: 91) levanta uma questão “ poderá haver uma escola inclusiva numa sociedade que não o é?”. Parece-nos uma pergunta muito pertinente, pois, de facto, será impossível a existência de uma escola inclusiva quando a própria sociedade está longe de ser inclusiva. Ora, na nossa sociedade, frequentemente, as pessoas com algum tipo de dificuldade são discriminadas. Assim, Rodrigues (2003: 91) propõe a expressão “educação inclusiva” em lugar de “escola inclusiva” por entender que a escola não se pode “balcanizar” ou fechar criando “ paraísos” isolados da comunidade. Deste modo, por um lado a educação inclusiva pretende dar importância ao processo de inclusão tanto na comunidade assim como na família e, por outro lado, considera que estar incluído na escola pressupõe um sentimento e uma prática mútua de pertença entre a escola e a criança.

Parece-nos importante refletir ainda sobre o desenvolvimento humano revendo a perspectiva do modelo ecológico de Bronfenbrenner descrito por Portugal (1992) que considera a escola e a família como fazendo parte do microssistema e são os responsáveis

máximos pelo desenvolvimento das crianças, ainda que não se possa ignorar outros contextos mais vastos envolvidos: meso-sistema, exo-sistema e macro-sistema.

É através das interações nos diferentes contextos que a criança “ (...) adquire conhecimentos, desenvolve uma personalidade única e se torna membro activo da sociedade ao interagir com membros significativos do seu meio” (Portugal, 1992: 37), sendo a escola, assim como a família, os núcleos de referência no processo de desenvolvimento das práticas inclusivas.

Na linha de pensamento de Portugal & Laevers (2010: 17) “Uma educação inclusiva é aquela em que o educador cria um contexto educativo onde cada criança encontra a estimulação de que necessita para progredir, não perdendo de vista nenhuma criança e respondendo bem a todas elas.” Uma atitude experiencial em educação, atenta ao vivido de cada criança, e que procura responder de forma adequada ao vivido percebido, está na base do desenvolvimento dos processos de inclusão, seja em contexto pré-escolar, seja em contexto de 1.º CEB.

A abordagem experiencial deve ser encarada como um recurso a ter em conta pelos docentes na construção curricular, fomentando “ (...) as suas capacidades para desenvolverem práticas reflexivas e deliberativas, formularem, problematizarem e partilharem quadros de referências que sirvam de suporte à organização de oportunidades educacionais, que realmente apoiem a tendência intrínseca e precoce da criança para se relacionar, aprender, desenvolver e construir conhecimentos” (Coelho, in Prefácio, Portugal & Laevers, 2010: 7).

Torna-se necessário conhecer o público-alvo onde se irá realizar a intervenção, assim como, o respetivo contexto, valorizando sempre as suas vivências. Ao ter-se em



conta as experiências vividas pelas crianças “protagoniza-se uma atitude experiencial: atitude atenta ao vivido da criança e que está na base de um edifício pedagógico organizado em torno de conceitos que se constituem como pontos de referência na ação do educador.” (Portugal & Laevers, 2010: 14). Tais pontos de referência são, de acordo com a abordagem experiencial, o bem-estar emocional e a implicação. Se estes se apresentam em grau elevado podemos considerar que o desenvolvimento decorre em boas condições” (Portugal & Laevers, 2010: 14).

Neste processo, o papel do adulto é determinante pois cabe-lhe a ele organizar a oferta educativa, introduzindo propostas pedagógicas interessantes e mobilizadoras da atenção das crianças em geral e de cada criança em particular.

A atitude experiencial do educador/professor como gestor de processos de natureza inclusivos, envolve sensibilidade e promoção de autonomia do sujeito, além de adequada estimulação, condições base para a promoção de níveis elevados de implicação e bem-estar. Trabalhar com vista a promover níveis elevados de bem-estar e de implicação será a melhor forma de assegurar o desenvolvimento pessoal e social enquanto área que envolve o relacionamento da criança consigo, com os outros e com o mundo. Assim, Portugal & Lavers (2010: 17) concluem que “desenvolver práticas pedagógicas mais experienciais significa desenvolver práticas pedagógicas mais inclusivas” ou seja, que respondem bem a todas as crianças.

Estes princípios nortearam a seleção das estratégias implementadas na ação pedagógica que descreveremos na parte II deste relatório.

## **II Parte – Trabalho Empírico**

## 1 – Opções Metodológicas

Nesta segunda parte, apresentam-se as opções metodológicas que foram adotadas no estudo, que procurou:

- Sensibilizar as crianças de uma turma do 2.º ano de escolaridade para as questões da não discriminação, proporcionando-lhes a vivência de diversas situações relacionadas com as incapacidades auditiva, visual e motora, no sentido de educar a sua compreensão e empatia em relação a tais condições.

Este trabalho procura concretizar uma investigação em pedagogia que, segundo Sousa (2009: 29), “tem por objectivo promover a educação ajudando-a na realização do seu fim, que é o desenvolvimento holístico da pessoa.”

É um estudo que apresenta algumas características da investigação-ação e de estudo de caso. Efetivamente, aproximamo-nos de uma metodologia tipo investigação-ação na medida em que nos envolvemos ativamente na investigação com o objectivo de promover uma mudança, na forma de aceitar a diferença, tal como sugerem as palavras de Bogdan & Biklen (1994: 293), “A investigação-ação é um tipo de investigação aplicada no qual o investigador se envolve ativamente na causa da investigação” e ao mesmo tempo, funciona como um agente de mudança. A investigação tem como objetivo “precipitar a mudança relativa a um qualquer assunto particular” (Bogdan & Biklen, 1994: 294).

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa (descritiva e interpretativa) dando relevo ao processo de crescimento dos sujeitos ao longo das sessões no que diz respeito a atitudes e valores perante a não discriminação.

Por outro lado, porque o estudo incidiu sobre um grupo de alunos, num dado contexto escolar e teve como objectivo principal a compreensão do comportamento desse

grupo de sujeitos, assumimos este trabalho como um estudo de caso, de natureza exploratória como é referido por Sousa (2009).

Ainda segundo o mesmo autor e de uma maneira geral, o estudo de caso pretende compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos, concentrando-se num fenómeno natural, dentro de um contexto da vida real. Assim, utilizámos este método pois pretendíamos explorar a forma como o grupo de crianças se posicionava e evoluía nas suas atitudes perante o fenómeno da discriminação, em função das propostas de intervenção pedagógica desenvolvidas. Como instrumento de recolha de dados, utilizámos a escala de implicação proposta por Portugal & Laevers (2010). Para isso, fizemos observação e registos de forma a organizar um conjunto de informações, na base das quais, posteriormente efetuámos inferências e retirámos conclusões.

Definimos como objetivos principais do estudo: sensibilizar as crianças para as questões da diferença assim como perceber o impacto de diversas estratégias pedagógicas/didáticas na sensibilização à não discriminação por incapacidade.

## **2 – Caraterização das intervenções de estágio**

Este trabalho foi implementado numa das escolas pertencentes a um agrupamento de escolas em Aveiro. A escola é relativamente pequena e o meio onde está inserida é ainda um pouco rural. É um edifício com dois pisos, onde funcionam três salas do 1.º ciclo (1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos) e uma sala do pré-escolar. Na escola lecionam três professoras do ensino regular, uma professora de educação especial, uma professora de apoio educativo, uma colaboradora colocada ao abrigo do Contrato-Inserção e duas assistentes operacionais. O estágio contemplou 12 horas semanais de intervenção direta, ou seja, 3 dias por semana decorrendo a intervenção num processo contínuo, evoluindo da responsabilidade coletiva do grupo até à responsabilidade individual de cada elemento. Esta intervenção estava organizada num conjunto de fases de complexidade crescente.

1ª Fase: Observação e intervenções pontuais (3 semanas);

2ª Fase: Intervenções intencionalizadas (manhã/tarde) – díade (1 semana);

3ª Fase: Intervenção diária da responsabilidade individual (2 semanas);

4ª Fase: Intervenção semanal da responsabilidade individual (3 semanas para cada elemento do grupo).

A primeira fase, de observação, foi decisiva para ficarmos a conhecer melhor o contexto onde iria realizar-se o estágio, mais especificamente a professora da turma e os alunos com quem iríamos trabalhar. A partir da observação tomámos conhecimento dos interesses dos alunos, dos seus gostos, das suas dificuldades, tendo definindo a forma como planificar as atividades, etc. Como afirma Albano Estrela (1994: 26) “O professor, para poder intervir no real de modo fundamentado, terá de saber observar e problematizar (ou

seja, interrogar a realidade e construir hipóteses explicativas). Intervir e avaliar serão ações consequentes das etapas precedentes.”

Na segunda e terceira fases, a intervenção foi bastante gratificante uma vez que permitiu um contacto mais direto com os alunos e iniciar a apresentação de atividades que iam ao encontro do tema geral do nosso projeto “Os direitos das crianças”.

Na quarta e última fase, trabalhámos de uma forma mais intensa a temática: “não discriminação por incapacidade”.

A turma onde foi realizada a prática pedagógica supervisionada e onde desenvolvemos o trabalho em torno do “direito à não discriminação por incapacidade” é composta por 16 crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 8 anos de idade, nove rapazes e sete raparigas.

No que se refere à caracterização do meio familiar dos alunos constatámos que as habilitações literárias das mães se situam entre o 4.º ano de escolaridade e o ensino superior e, comparativamente aos pais, as mães têm, na sua globalidade, habilitações literárias superiores.

Em geral, a maior parte dos alunos da turma permanecem na instituição entre 8 a 10 horas, pois frequentam, para além da atividade letiva, as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC’s). Estas atividades têm como objetivo oferecer a todos os alunos do 1.º ciclo um conjunto de aprendizagens em diferentes áreas, como por exemplo, a Atividade Física e Desportiva, a Música, o Inglês, as Expressões e o Apoio ao Estudo. A maioria dos alunos da turma frequenta estas atividades, à exceção de dois alunos.

Na turma existe uma criança com Necessidades Educativas Especiais (NEE), pelo que foi importante perceber de que forma o agrupamento dá resposta a este tipo de alunos.

O agrupamento facultava apoio, no âmbito da Educação Especial, aos alunos com Necessidades Educativas Especiais, nas diferentes escolas. Deste modo, existe uma professora de Educação Especial que se desloca, duas vezes por semana, ao estabelecimento de ensino, de forma a trabalhar competências específicas com este aluno. Foi nossa preocupação perceber ao longo do tempo qual a relação existente entre este aluno e os restantes, de forma a verificar se existia algum tipo de discriminação. Durante as sessões não foi visível qualquer tipo de discriminação por parte dos colegas, em relação a este aluno. A criança é bem aceite por toda a turma, sem exceção, sendo visível um espírito de interajuda e de grande amizade, tanto dentro da sala de aula como no recreio.

Antes de iniciar a intervenção individual sentimos algumas dificuldades em delinear o fio condutor que iria ligar os conteúdos curriculares do segundo ano de escolaridade, com o tema da nossa pequena pesquisa-intervenção – direito à não discriminação por incapacidade. Depois de alguma pesquisa e reflexão, decidimos partir da área do estudo do meio, nomeadamente do conteúdo “o seu corpo”, mais concretamente, “os órgãos dos sentidos”. Desta forma, primeiro abordámos os cinco sentidos relacionando-os com os respetivos órgãos e, posteriormente, através de jogos/experiências, os alunos vivenciaram situações em que puseram à prova os seus sentidos, percebendo que há pessoas que têm comprometidos alguns desses sentidos, provocando-lhes uma incapacidade (surdos - não ouvem e os cegos não veem), e percebendo, também, que existem pessoas que apresentam problemas motores e necessitam de ajudas técnicas (ex. cadeira de rodas). Aproveitando a comemoração do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, que se comemorou no dia três de dezembro, procurámos sensibilizar os alunos para a problemática das pessoas com deficiência, que todos os dias se deparam com dificuldades, nomeadamente nos acessos, no transporte, na educação, no emprego etc.

Muitas vezes, em virtude dessa incapacidade são discriminadas pela sociedade. Neste contexto, foi lida uma notícia do Jornal de Notícias na qual estava patente a discriminação de uma pessoa com deficiência. Nessa altura, os alunos tiveram a oportunidade de dar a sua opinião, mostrando-se indignados com tal situação.

Na sequência das atividades realizadas no Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, optámos por abordar o tema da deficiência auditiva através de uma história e pensámos que seria interessante dar a conhecer aos alunos a forma de comunicar utilizada pelas pessoas surdas, a língua gestual. Desta forma, recorrendo a vídeos, deu-se a conhecer o abecedário, assim como algumas palavras em língua gestual. Como forma dos alunos recordarem esta experiência, elaborou-se um marcador de livros com o abecedário em língua gestual que foi oferecido a cada um dos alunos.

Na abordagem à deficiência visual, os alunos contactaram com um livro escrito em braille, concluindo eles próprios, que podemos encontrar o braille nas embalagens dos medicamentos.

Trabalhámos ainda a deficiência motora, nomeadamente, chamando a atenção para as pessoas que usam cadeira de rodas. Através de um vídeo sugestivo, abordámos as dificuldades experienciadas pelas pessoas em cadeira de rodas, assim como, situações facilitadoras do dia-a-dia destas pessoas. Nesta atividade, os alunos tiveram a oportunidade de, mais uma vez, manifestarem a sua opinião mostrando-se bastante críticos perante estas situações de desigualdade de oportunidades.

Ao longo do desenvolvimento de toda a intervenção pedagógica tivemos sempre a preocupação de utilizar recursos diversificados e exemplos de casos reais, de forma a motivar e criar um ambiente promotor de aprendizagem. A intervenção parece ter tido



reflexos positivos nos alunos, na medida em que pudemos constatar, através dos comentários e dos trabalhos realizados, que ficaram mais sensibilizados para a problemática da pessoa/criança com deficiência.

No quadro que se segue (Quadro n.º 1) apresentamos, de forma resumida, uma visão global do projeto, com a indicação das semanas, o tema da semana, assim como as atividades realizadas e áreas curriculares trabalhadas.

### **Quadro n.º 1 - Visão geral do Projeto**

<b>Semanas</b>	<b>Tema da Semana</b>	<b>Atividades</b>	<b>Áreas curriculares</b>
<b>2ª Semana</b> 22 de outubro a 24 de outubro	Consciência da diferença. Normas e espaços de convivência.	Construção de um cartaz com as regras da sala de aula; (Anexo 1)	Língua Portuguesa Expressão Plástica
<b>3ª Semana</b> 29 de outubro a 31 de outubro	Direitos das crianças.	Exploração de um texto relativo aos direitos das crianças; (Anexo 2)  Pintura de uma banda desenhada com os dez direitos das crianças; (Anexo 3)  Construção de um móbil coletivo com as imagens relativas aos dez direitos. (Anexo 4)	Língua Portuguesa Expressão Plástica
<b>5ª Semana</b> 12 de novembro a 14 de novembro	Os cinco sentidos.	Canção sobre os sentidos; (Anexo 5)  Jogo sobre o sentido do tato; (Anexo 6)  Experiência sobre o sentido do paladar e do olfato. (Anexo 7)	Expressão Musical Estudo do Meio

<b>8ª Semana</b> 3 de dezembro a 5 de dezembro	A pessoa com deficiência	Vídeo sobre as pessoas portadoras de deficiência; Análise de uma notícia do jornal; (Anexo 8) Leitura do texto “Falar com as mãos” e do livro “Sou asas”; (Anexo 9 e 10) Jogo da mímica; “Gestualizar” palavras em língua gestual; (Anexo 11) Construção de um cartaz alusivo ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência; (Anexo 12) Construção de um puzzle e pintura de um desenho alusivo à deficiência. (Anexo 13)	Língua Portuguesa Expressão Dramática Expressão Plástica
<b>9ª Semana</b> 10 de dezembro a 12 de dezembro	A pessoa com deficiência visual e motora.	Visualização da história em vídeo “O som das cores”; (Anexo 14) Visualização em vídeo das cores em língua gestual; (Anexo 15) Jogo da cabra cega; (Anexo 16) Leitura do “livro negro das cores”; (Anexo 17) Pintura de um desenho alusivo à deficiência motora.	Língua Portuguesa Expressão Plástica

Será importante referir que nas duas últimas semanas, cada criança realizou uma ficha de trabalho (Anexo 18) com base em algumas questões sobre a temática dos sentidos.

A última ficha de trabalho (Anexo 19) incluía uma questão para perceber se as crianças gostaram das atividades que realizaram ao longo destas semanas. Deste modo, tiveram a oportunidade de dar a sua opinião, fazendo um balanço global do projeto.

Na linha do proposto por Correia (2003: 37) “proporcionar diálogos na sala de aula é uma boa forma de abordar assuntos como as NEE”, promovendo a sensibilização à diversidade. Nesse sentido, foram utilizadas várias fontes suscitadoras de diálogos, tais como livros, filmes e notícias de jornais, proporcionando momentos de partilha das diferentes opiniões.

Ainda, segundo o mesmo autor, também é importante realizar simulações levando os alunos a experienciar o que representa ter uma necessidade educativa especial e posteriormente levá-los a refletir sobre as dificuldades sentidas. No entanto, é necessário ter alguma precaução pois segundo Friend e Bursuck (1996, citado por Correia, 2003: 37) “embora as simulações possam ser eficazes, elas devem ser utilizadas com algum cuidado, dado que os alunos precisam de compreender que simular não é exatamente o mesmo que ter uma NEE”.

Dessa forma, no âmbito do nosso projeto foram usadas simulações relacionadas com problemas sensoriais auditivos e visuais.

Durante as sessões houve sempre a preocupação de dar voz aos alunos, levando-os a falarem sobre as dificuldades experienciadas no decurso de simulações, por exemplo, de uma situação real de uma pessoa cega e a darem a sua opinião sobre um vídeo, uma notícia etc..

Foi notória a mudança de atitude dos alunos quando chegaram à conclusão que qualquer um de nós, em virtude de um acidente ou doença pode ficar com uma deficiência.

Este facto suscitou nos alunos uma maior sensibilidade para com as situações de incapacidade física e sensorial.

### 3 - Avaliação do projeto

Com esta intervenção pedagógica pretendíamos sensibilizar os alunos para o tema da não discriminação por incapacidade, procurando transmitir valores de respeito e de valorização de todas as pessoas, independentemente da sua condição física e sensorial. Ao longo das sessões, pudemos constatar que os alunos estiveram interessados e animados durante a realização das atividades propostas, verificando-se bons níveis de implicação.

**Implicação** é uma “qualidade da atividade humana que pode ser reconhecida pela concentração e persistência, caracterizando-se por motivação, interesse, fascínio, abertura aos estímulos, satisfação e um intenso fluxo de energia.” (Portugal & Laevers, 2010: 25).

Um alto nível de implicação é indicador de que a oferta educativa é de qualidade e que a criança está a usufruir bem da sua permanência no contexto educativo, acontecendo desenvolvimento. Em suma, o nível de implicação refletirá a motivação e o interesse dos alunos.

Sendo um dos objetivos deste trabalho, perceber o impacto de diversas estratégias pedagógicas/didáticas na sensibilização à não discriminação por incapacidade nas aprendizagens das crianças, tornou-se importante analisar as diferentes atividades realizadas em função das categorias que nos permitem avaliar o nível de implicação dos alunos nas actividades: jogos/ experiências; expressões artísticas; textos e sua exploração e ainda vídeos.

### **Categoria 1 - Jogos/ experiências**

- Jogo sobre o sentido do tato;
- Experiência sobre o sentido do paladar e do olfato;
- Jogo da mímica;
- “Gestualizar” palavras em língua gestual;
- Jogo da cabra cega.

### **Categoria 2 - Expressões artísticas**

- Construção de um cartaz com as regras/deveres da sala de aula;
- Pintura de uma banda desenhada com os dez direitos das crianças;
- Construção de um móbil coletivo com as imagens relativas aos dez direitos;
- Canção sobre os sentidos;
- Construção de um cartaz alusivo ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência;
- Construção de um puzzle e pintura de um desenho alusivo à deficiência;
- Pintura de um desenho alusivo à deficiência motora.

### **Categoria 3 - Textos e sua exploração**

- Exploração de um texto relativo aos direitos das crianças;
- Análise de uma notícia do jornal;
- Leitura do texto “Falar com as mãos” e do livro “Sou asas”;
- Leitura do “livro negro das cores”.

### **Categoria 4 - Vídeos**

- Visualização da história em vídeo “O som das cores”;
- Visualização em vídeo das cores em língua gestual;
- Vídeo sobre as pessoas portadoras de deficiência.

Para cada categoria, procurámos avaliar os níveis de implicação das crianças, adotando a escala de implicação proposta por Portugal & Laevers (2010).

**Quadro n.º 2 - Registo dos níveis de implicação na categoria Jogos/  
experiências**

<b>Crianças</b>	<b>Nível geral de implicação</b>				
<b>Nomes</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
1- André				X	
2- Ângelo				X	
3- Beatriz A					X
4- Beatriz B				X	
5- Diogo				X	
6- Felícia				X	
7- Francisca					X
8- João				X	
9- Jonas				X	
10- Manuel					X
11- Mariana					X
12- Mirene				X	
13- Nuno				X	
14- Pedro				X	
15- Sandra				X	
16- Ricardo				X	

Após a análise da tabela podemos verificar que no que se refere à implicação, na categoria dos jogos/experiências, os alunos estão situados nos níveis alto (4) e muito alto



(5). Através destes dados, podemos concluir que a turma no geral esteve bastante implicada e motivada participando ativamente na realização destas atividades, dado irem ao encontro dos seus interesses. Foi nossa preocupação proporcionar momentos lúdicos favorecedores de aprendizagens escolares mas, contribuindo igualmente para o desenvolvimento integral dos alunos. Neste sentido, o nosso objetivo terá sido alcançado dado que a turma, no geral, se mostrou curiosa e bastante satisfeita na realização destas atividades. Quando se tem prazer naquilo que se está a fazer, aprende-se com mais gosto.

De uma forma geral, todas estas atividades serviram para dar a conhecer aos alunos algumas dificuldades sentidas, tanto pelas pessoas cegas como pelas pessoas surdas. Consideramos que o facto de os alunos simularem situações concretas permitiu uma maior consciencialização e compreensão das dificuldades.

No que se refere ao jogo da mímica, onde os alunos apenas usaram os gestos, foi importante perceber até que ponto descodificavam a mensagem que o colega queria transmitir.

As atividades que incidiram sobre a LGP foram muito do agrado e interesse dos alunos.

No decurso das atividades que se integram na categoria jogos/ experiências, a turma foi interagindo de uma forma positiva, ouvindo-se vários comentários que demonstravam o interesse das crianças:

*- Podemos jogar outra vez este jogo?*

*- Que jogo divertido!*

*- Quero ser o primeiro a experimentar, pode ser?*

- *A nossa equipa vai à frente!*

- *Boa, já adivinhei duas vezes!*

- *Quero ensinar à minha mãe como se diz o meu nome em LGP.*

**Quadro n.º 3 - Registo dos níveis de implicação na categoria  
Expressões Artísticas**

<b>Crianças</b>	<b>Nível geral de implicação</b>				
<b>Nomes</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
1- André				X	
2- Ângelo			X		
3- Beatriz A					X
4- Beatriz B				X	
5- Diogo				X	
6- Felícia			X		
7- Francisca				X	
8- João				X	
9- Jonas					X
10- Manuel			X		
11- Mariana					X
12- Mirene				X	
13- Nuno			X		
14- Pedro				X	
15- Sandra				X	
16- Ricardo			X		

Após analisar a tabela referente à categoria das expressões artísticas podemos observar que os níveis de implicação se localizam entre o nível médio (3) também

designado neutro ou flutuante e o nível muito alto (5). Assim concluímos que o nível de implicação diminuiu em relação à categoria anterior. Pensamos que esta situação se deve ao facto de se tratar de atividades escolares mais comuns e, como tal, envolvendo menos novidade. Para além disso, naturalmente, existem sempre algumas crianças que apreciam e outras que não apreciam atividades da área das expressões musical e plástica.

Inicialmente, decidimos construir um cartaz com as regras/deveres da sala de aula para se abordar de seguida a temática dos direitos e, mais tarde a temática da não discriminação. Primeiramente foram enumeradas algumas regras pelas crianças e posteriormente cada uma pintou o desenho de uma regra e foi construído o cartaz com esses mesmos desenhos.

De modo a que as crianças ficassem a conhecer melhor os dez direitos das crianças, estas pintaram uma banda desenhada com os dez direitos. Posteriormente, com as imagens dos direitos construímos um móbil colectivo, para decorar a sala. (Anexo 1)

Através do poema sobre os sentidos, as crianças identificaram os cinco sentidos e inventaram uma melodia para o mesmo, partilhando-a com os colegas, e ao mesmo tempo gestualizaram a canção.

No dia 3 de dezembro e como forma de comemorar o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência construímos um cartaz coletivo, alusivo a este dia.

No decurso das atividades que se integram na categoria expressões artísticas, a turma foi interagindo de uma forma positiva pelo que constantemente faziam comentários que demonstravam interesse pelas mesmas:

- *Gosto do desenho da Francisca!*
- *Podemos cantar outra vez a canção dos sentidos?*
- *Posso colar o desenho na cartolina?*
- *Podemos fazer o desenho da história?*
- *Quando chegar a casa vou ensinar esta canção à minha mãe!*
- *O móbil dos direitos ficou engraçado, gosto muito!*

**Quadro n.º 4 - Registo dos níveis de implicação na categoria Textos e sua exploração**

<b>Crianças</b>	<b>Nível geral de implicação</b>				
<b>Nomes</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
1- André				X	
2- Ângelo			X		
3- Beatriz A				X	
4- Beatriz B				X	
5- Diogo				X	
6- Felícia			X		
7- Francisca					X
8- João			X		
9- Jonas					X
10- Manuel				X	
11- Mariana					X
12- Mirene			X		
13- Nuno			X		
14- Pedro				X	
15- Sandra			X		
16- Ricardo			X		

Após analisar a tabela referente à categoria dos textos e sua exploração podemos observar que os níveis de implicação se localizam entre o nível médio (3) também

designado neutro ou flutuante e o nível muito alto (5). Podemos também verificar que existem apenas três alunos com nível muito alto, na nossa opinião, o facto da maioria se localizar no nível médio (3) e alto (4) será porque estes alunos estão no início do 2.º ano de escolaridade e ainda não dominam completamente a técnica da leitura e interpretação. Sendo esta uma área em que os alunos não se sentem tão à vontade, pensamos ser normal que os níveis de implicação não sejam tão elevados como noutras categorias.

Segundo Sim-Sim (2007: 5) “Ensinar a ler é, acima de tudo, ensinar explicitamente a extrair informação contida num texto escrito, ou seja, dar às crianças as ferramentas de que precisam para estratégica e eficazmente abordarem os textos, compreenderem o que está escrito e assim se tornarem leitores fluentes.” De forma a desenvolver nos alunos o gosto pela leitura, e ao mesmo tempo sensibilizá-los para a problemática da não discriminação, foi nossa preocupação seleccionar algumas histórias apelativas no âmbito da temática. Deste modo, as histórias seleccionadas foram: ” Sou Asas” da autora Marta Morgado; “O livro negro das cores” das autoras Menena Cottin e Rosana Faría e ainda o livro publicado recentemente, da autora Paula Teixeira intitulado “O som das cores”. Através da leitura e da interpretação destas histórias os alunos ficaram mais sensibilizados para esta temática dado ficarem a conhecer situações que envolvem pessoas “diferentes”. Foi importante refletir sobre estas histórias e perceber que muitos destes casos acontecem na vida real. É de salientar ainda a motivação evidenciada pelas crianças em aprender como estas pessoas comunicam, mais concretamente a língua gestual portuguesa.

No momento da interpretação das histórias houve oportunidade de trabalhar também vários aspetos relacionados com o português e simultaneamente trabalhar aspectos relacionados com a cidadania e o respeito pela diferença, educando para os valores.

Depois do trabalho em torno de um texto relativo aos direitos da criança, os alunos tiveram contacto com uma notícia do jornal que abordava um caso de discriminação de uma pessoa portadora de deficiência. Aqui todos puderam dar a sua opinião sobre aquela notícia e apresentarem os seus pontos de vista. Esta estratégia também nos pareceu muito adequada para a sensibilização da turma para a não discriminação.

No decurso das atividades que se integram na categoria textos e sua exploração, a turma foi interagindo de uma forma positiva pelo que constantemente faziam comentários que demonstravam interesse pelas mesmas:

- *Posso começar a ler a história?*
- *O Tomás era um menino especial, gostava de o conhecer!*
- *Gostei muito desta história!*
- *Gostava que a Joana fosse da nossa turma!*



**Quadro n.º 5 - Registo dos níveis de implicação na categoria Vídeos**

<b>Crianças</b>	<b>Nível geral de implicação</b>				
<b>Nomes</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
1- André				X	
2- Ângelo				X	
3- Beatriz A					X
4- Beatriz B				X	
5- Diogo				X	
6- Felícia				X	
7- Francisca					X
8- João				X	
9- Jonas				X	
10- Manuel					X
11- Mariana					X
12- Mirene				X	
13- Nuno				X	
14- Pedro				X	
15- Sandra				X	
16- Ricardo				X	

Após analisar a tabela referente à categoria dos vídeos podemos observar que os níveis de implicação se localizam entre o nível alto (4) e o nível muito alto (5). Este tipo de atividades áudio visuais cativou bastante a atenção dos alunos. Para isso terá contribuído muito o facto de termos tido a preocupação de selecionar vídeos bastante sugestivos, muito

ilustrativos da mensagem pretendida e de curta duração. No nosso entender, foi fundamental apresentar um vídeo às crianças sobre a deficiência, pois puderam ter uma noção mais real e perceber melhor o que é ser uma pessoa com deficiência.

De forma a tentar proporcionar um momento que chamasse a atenção dos alunos pensámos que seria mais produtivo apresentar a história “O som das Cores” em vídeo. Esta história em suporte vídeo é bastante apelativa captando assim a atenção das crianças. Importa referir que ao mesmo tempo que estas vão ouvindo a história e vendo as imagens, também observam a tradução da mesma, em língua gestual. Assim, as crianças contactaram com uma nova forma de comunicação. Após a história estas tiveram a oportunidade de ver um outro vídeo com as cores em LG. Este vídeo foi bastante enriquecedor, as crianças estavam fascinadas a aprender as cores em LG, tentando imitar com as mãos. Constantemente questionavam se os gestos que faziam estavam corretos.

No decurso das atividades que se integram na categoria vídeos, a turma foi interagindo de uma forma positiva pelo que constantemente faziam comentários que demonstravam interesse pelas mesmas:

- *Podemos voltar a ver o vídeo?*
- *Gostei muito de aprender língua gestual!*
- *Como se diz azul em língua gestual?*
- *Como se faz o meu nome em língua gestual?*
- *Como se diz bom dia em língua gestual?*
- *Vou ensinar à minha mãe a dizer boa noite!*

Os alunos, de uma forma geral demonstraram bastante interesse e entusiasmo pela língua gestual. Pensamos que seria importante que desde cedo estes alunos tivessem

contacto com esta nova forma de comunicação pois, seria mais fácil a inclusão de crianças surdas em turmas regulares, se a maioria dos alunos tivessem competências para comunicar em língua gestual.

# Considerações Finais

A escola de hoje tem uma enorme responsabilidade na construção das novas gerações e na sua preparação para uma sociedade em rápida e constante transformação. Segundo Rodrigues (2003) enquanto núcleo essencial do processo educativo, a escola deve ser pensada para todos traduzindo assim um dos elementares direitos de cidadania – a formação global de todas as crianças em condições de igualdade de oportunidades. Defendemos para isso uma escola humana, personalizada à medida de cada um, onde cada um tenha o direito à educação sem discriminação.

Tendo em conta estes pressupostos, consideramos que foi importante a implementação deste projeto. Fazendo um balanço geral do trabalho desenvolvido, consideramos que o objetivo principal de sensibilizar os alunos para as questões relacionadas com a não discriminação por incapacidade, foi atingido na medida em que os alunos foram demonstrando, cada vez mais, atitudes de atenção e de respeito para com as pessoas que, por alguma razão, são “diferentes”.

Apesar das crianças serem muito novas, com idades compreendidas entre os seis e os oito anos, demonstraram sentido crítico perante situações de discriminação fazendo juízos morais ajustados.

A realização de atividades lúdicas permitiu cativar a atenção dos alunos, envolvê-los nas aprendizagens e, ao mesmo tempo, proporcionar-lhes momentos de prazer. Foi visível a implicação que os alunos demonstraram na realização das diversas atividades, mais concretamente nos jogos/experiências e na visualização de vídeos relacionados com a temática, algo evidente nos seus comentários.

No geral, todos revelaram bastante sensibilidade para a problemática das pessoas com deficiência. No momento em que se abordou a deficiência auditiva, os alunos demonstraram curiosidade em aprender uma nova forma de comunicar, a língua gestual portuguesa. Na nossa opinião, seria uma hipótese a considerar, introduzir LGP nas atividades de enriquecimento curricular, como forma de promover a inclusão de crianças surdas nas escolas regulares.

Será importante salientar algumas atividades que apesar de pensadas não foram concretizadas, nomeadamente promover o contato entre crianças surdas e crianças ouvintes. Chegámos a entrar em contacto com uma Unidade de Surdos do distrito de Aveiro de forma a programar uma visita de estudo mas, apesar da unidade se mostrar disponível, não foi possível realizar a visita por dificuldade em arranjar transporte.

Ainda, teria sido importante que, no momento em que abordámos a deficiência auditiva, tivéssemos convidado uma professora de língua gestual para ensinar aos alunos algumas palavras. Do mesmo modo, convidar uma pessoa com deficiência para vir à escola falar com os alunos, sensibilizando-os para esta problemática, também poderia ser muito interessante para as crianças.

Apesar de o tempo disponível para colocar em prática este projeto ter sido curto limitando em parte, a abordagem e metodologia usada consideramos este trabalho uma mais-valia, por um lado, pelo tema em si e por outro, pelo grande estímulo à participação dos alunos permitindo-lhes serem elementos ativos no desenrolar do projeto.

Atualmente, a escola confronta-se com múltiplas diversidades que representam um dos principais desafios da instituição escolar, sendo importante saber lidar quotidianamente com essas diversidades, garantir a equidade e a qualidade das aprendizagens das crianças e

dos jovens. É importante encarar a diversidade como sendo um dado positivo, que coloca desafios, o primeiro dos quais é o desafio da inclusão, ou seja, de não discriminar. Segundo Ferreira & Guimarães (2003: 153) “...TODOS têm o direito a se desenvolver em ambientes que não discriminem, mas que procurem lidar e trabalhar com as diferenças, respeitando os comprometerimentos e as limitações de cada um”. Ainda segundo o mesmo autor implementar uma educação numa perspectiva inclusiva não é tarefa fácil, este é um longo caminho que deve ser percorrido, para isso é necessário trabalhar, inovar, dedicar tempo e ter muita força de vontade só assim, poderá ser um desafio superável. É necessário, construir uma escola que promova a interação entre os alunos, que dê a conhecer formas desiguais de pensamento e de estilo de vida e desenvolva a convivência com a diversidade proporcionando assim diferentes aprendizagens. Só uma escola que reconhece as diferenças e que as respeita poderá conviver com elas.

Certamente, estamos conscientes que os resultados mais importantes desta ação pedagógica não são visíveis a curto prazo. Sem ilusões, sabemos que a educação para a diversidade não se esgota num pequeno projeto como aquele que desenvolvemos. Desejamos e pensamos, contudo, ter contribuído para que no futuro estas crianças sejam cidadãos que respeitem os seus direitos e deveres, bem como os de todos os outros cidadãos.

# Bibliografia

- ✓ ALBANO, E. (1990). *Teoria e prática de observação de classes. Uma estratégia de formação de professores*. Porto: Porto Editora.
- ✓ ALBERTO, B. S (2009). *Investigação em Educação*. Lisboa: Livros Horizonte.
- ✓ BOGDAN, R. & BIKLEN, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos* (trad.). Porto: Porto Editora.
- ✓ CANDAU, V. M. “*Educação e Direitos Humanos*”; *Currículo e Estratégias Pedagógicas*.
- ✓ CANDAU, V. M., SACAIVINO, S. (Org.) (2003). *Educar em direitos humanos – construir democracia*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2.ed.
- ✓ CANELAS, A. M. (2008). *A escola face à diversidade: Percepções, Práticas e Perspectivas*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação.
- ✓ Convenção sobre os direitos da criança. (1989).Unicef.
- ✓ Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. CERD (1966).
- ✓ CORREIA, L. M. (2003). *Inclusão e Necessidades Educativas Especiais: Um guia para educadores e professores*. Porto: Porto Editora.
- ✓ FERREIRA, M & GUIMARÃES, M. (2003). *Educação Inclusiva*. Rio de Janeiro: DP&A editora.

- ✓ MÁXIMO-ESTEVES, L. (2008). *Visão Panorâmica da Investigação-Acção*. Porto: Porto Editora.
- ✓ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1997). *Orientações curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Ministério da Educação/Departamento da Educação Básica/Núcleo de Educação Pré-Escolar.
- ✓ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2004) *Organização Curricular e Programas Ensino Básico- 1.º Ciclo*. Lisboa: Ministério da Educação/Departamento da Educação Básica 4ª Edição.
- ✓ Organização Mundial de Saúde (2004). *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. Direção-Geral da Saúde. Lisboa.
- ✓ PORTUGAL, G. (1992). *Ecologia e Desenvolvimento Humano em Bronfenbrenner*. Aveiro: CIDINE.
- ✓ PORTUGAL, G., LAEVERS, F. (2010). *Avaliação em Educação Pré-escolar – Sistema de Acompanhamento das Crianças*. PORTO: Porto Editora.
- ✓ RODRIGUES, D. (2003). *Perspectivas Sobre Inclusão – da Educação à Sociedade*. Porto: Porto Editora.
- ✓ RODRIGUES, D. (Org.) (2006). *Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus editorial.
- ✓ Relevância e Adequação dos Padrões Existentes Para a Protecção das Crianças (On-line). Retirado de [http://www.refugiados.net/cid\\_virtual\\_bkup/icac/icac\\_8.html](http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/icac/icac_8.html)  
- 01/07/2013



- ✓ SILVA, M. C. (2008). *Diversidade cultural na escola- Encontros e desencontros*. Lisboa: edições Colibri.
- ✓ SIM-SIM, I. (2007). *O ensino da leitura: A compreensão de textos*. DGIDC. Lisboa.
- ✓ SOARES, L. D. (2009). *Os Direitos das Crianças*. Editora Civilização.
- ✓ SOUSA, A. (2009). *Investigação em educação*. Lisboa: Livros Horizonte.
- ✓ Unicef. (On-line). Retirado de  
<http://www.unicef.pt/artigo.php?mid=18101111&m=2> – 20/02/2013

#### Legislação:

- Ministério da Educação, (1986). Lei nº 46/1986 de 14 de outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo).
- Ministério da Educação, (2005). Lei nº 49/2005 de 30 de agosto (Lei de Bases do Sistema Educativo).
- Ministério da Educação, (1991). *Decreto- Lei nº 319/91 de 23 de agosto.*
- Ministério da Educação, (1997). *Despacho Normativo nº 105/ME/1997 de 01 de junho.*
- Ministério da Educação, (2008). *Decreto – Lei nº 3/2008 de 7 de janeiro.*

# **ANEXOS**

Anexo 1 – Registo fotográfico: Cartaz com as regras da sala de aula



Ficha de Língua Portuguesa

Nome: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

## Nós, os Meninos

Nós, os meninos,  
chegamos à altura,  
de exigir um mundo  
de paz e ternura.

Um mundo sem grades,  
nem guerras, nem muros,  
de portas abertas  
e tetos seguros.

Gostamos de amor,  
de luz e carinhos,  
de jardins abertos  
com rosas e ninhos.

Queremos ver peixes  
nos mares perfumados,  
chaminés com filtros,  
esgotos tratados...

Gostamos de histórias,  
de sol, de brincar,  
dos bichos da terra,  
das aves do ar.



Maria Natália Miranda

Lê o texto com atenção e responde às seguintes perguntas:

1. Qual o título do texto?

---

2. O que exigiam os meninos?

---

---

3. O que queriam ver os meninos?

---

---

4. Qual é a autora do texto?

---

5. Dá outro título ao texto.

---

6. Completa com as palavras ao lado:

O texto está escrito em \_\_\_\_\_ .

É constituído por cinco \_\_\_\_\_.

O texto tem \_\_\_\_\_ versos.

poesia  
prosa  
quadras  
vinte  
vinte e um

1. Completa:

Na primeira quadra a palavra **altura** rima com \_\_\_\_\_.

Na segunda quadra a palavra **muros** rima com \_\_\_\_\_.

Na última quadra a palavra **brincar** rima com \_\_\_\_\_.

2. Separa as sílabas das seguintes palavras:

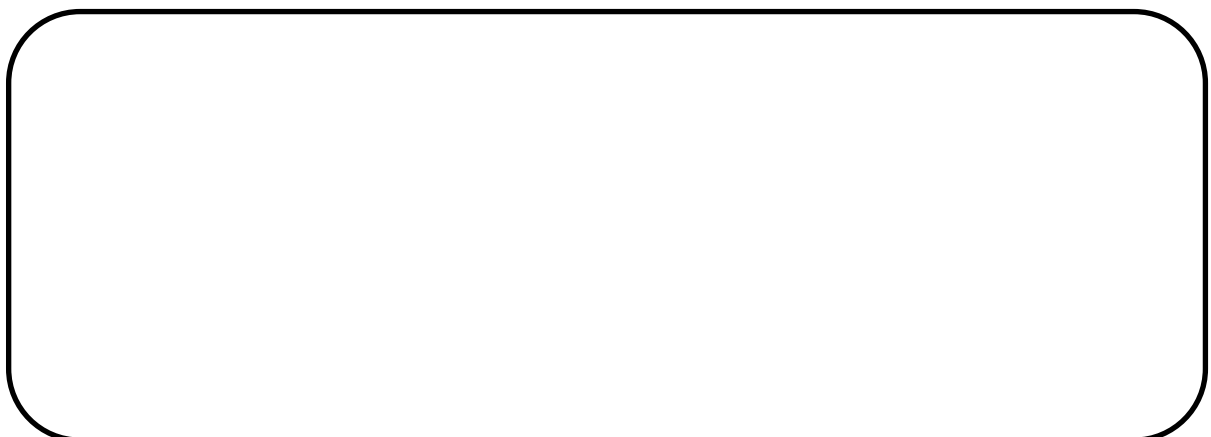
meninos	
ternura	
paz	
perfumados	
histórias	
sol	
peixes	

3. Ordena as palavras e escreve correctamente as frases.

crianças      Nós      direitos.      as      temos

---

4. Ilustra a frase anterior.

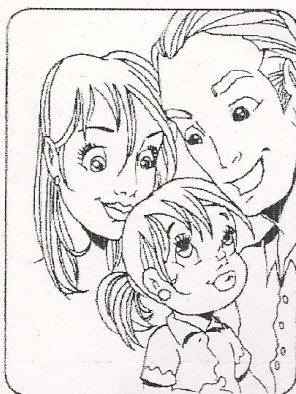




**Anexo 3 – Banda desenhada com os dez direitos das crianças**







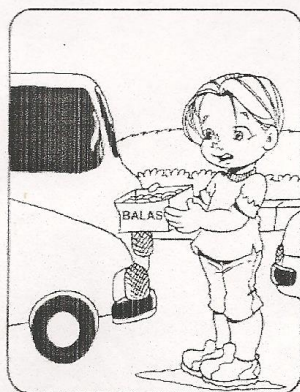
6- DIREITO AO AMOR  
E À ACEITAÇÃO POR  
PARTE DOS PAIS E DA  
SOCIEDADE.



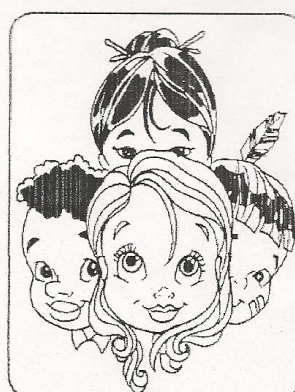
7- DIREITO AO LAZER E A  
EDUCAÇÃO.



8- DIREITO A SER  
SOCORRIDA EM PRIMEIRO  
LUGAR.



9- DIREITO À PROTEÇÃO  
CONTRA O ABANDONO  
E A EXPLORAÇÃO NO  
TRABALHO.



10- DIREITO A CRESCER  
DENTRO DE UM ESPÍRITO  
DE SOLIDARIEDADE,  
COMPREENSÃO, E JUSTIÇA  
ENTRE OS POVOS.

**Anexo 4 – Registo fotográfico: Móbil coletivo com as imagens relativas aos dez direitos**





## Anexo 5 – Canção sobre os sentidos

### CANÇÃO

#### *Cinco Sentidos*

①

Eu tenho dois olhinhos  
Que servem para olhar  
E tenho dois ouvidos  
Que servem para escutar  
Também tenho uma língua  
Que serve p'ra saborear  
Com ela posso rir  
E posso até cantar.



②

Também tenho um nariz  
Para poder respirar  
Se não estou constipado  
Tudo posso cheirar  
Com as pontas dos dedos  
Eu posso tactear  
E assim distingo as coisas  
Sem precisar de olhar.



③

Com estas duas mãos  
Eu posso trabalhar  
Ajudar meus irmãos  
Escrever, desenhar  
Com estes dois pézinhos  
Correr, andar, saltar  
Com todos os sentidos  
Viver, sentir e sonhar.



**Anexo 6 – Registo fotográfico: Jogo sobre o sentido do tato**



**Anexo 7** – Registo fotográfico: Experiência sobre o sentido do paladar e do olfato





Ponte de Lima: rapaz com trissomia 21 foi recusado, mas campanha fez Direção recuar

# CRISTIANO TOCA NA BANDA GRACAS AS REDES SOCIAIS

Cristiano Brito tem uma paixão enorme pela música, que agora pode desenvolver



Ana Peixoto Fernandes  
locais@jn.pt

**Um jovem com trissomia 21 quis juntar-se ao grupo de música popular de Feitosa, Ponte de Lima, mas foi rejeitado. O caso foi denunciado por uma familiar no facebook e a Direção acabou por admiti-lo.**

A música fascina-o. Quanto a escuta, seja onde for, Cristiano Brito, 24 anos, desata a dançar e só para quando ela acaba. “Nos casamentos vai sempre buscar as noivas para dançar”, orgulha-se o pai, José Brito. Foi esse fascínio que o levou a aproximar-se do grupo musical da aldeia, com 20 elementos, mulheres e homens entre os 15 e os 65 anos. Há um ano comprou um traje novo e compareceu numa atuação, incentivado por um dos elementos, que lhe pôs um cavaquinho nas mãos. O que não agradou “a parte do grupo” e, no fim da festa, estalou a discussão. “Disseram que ele desafina e algumas pessoas ameaçaram sair do grupo se

ele entrasse”, diz a mãe, Rosa Correia. O caso deu-se em dezembro, pela festa de Santa Luzia lá na terra e que o Cristiano adora. Desgostosos, os pais “arrumaram” a questão, até que, na semana passada, uma prima contou a história no facebook (ver caixa), gerando uma onda de revolta. Em apenas 5 dias, Cristiano passou de “discriminado” a

“acarinhado” pelo Grupo de Música Popular de Feitosa. E já toca ferrinhos.

Manuel Carvalheira, presidente da Direção do grupo, diz que “não sabia de nada” até o caso chegar às redes sociais. “Fiquei um bocadinho chocado por terem lançado assim a coisa sem falarem connosco. Aceitei sempre o Cristiano, nunca o desprezei”, defende-se. E garante: “Está no grupo”.

Agora, Cristiano Brito, que gesticula mais do que fala, aponta o dedo a Manuel Carvalheira, aninha as duas mãos junto ao coração e diz “amigo”. Repete-o para o vice-presidente e todo o grupo. E esfrega as mãos de contente. Ri-se, simula que toca viola e que toca castanholas. Manifestações de alegria por saber que, dentro de dias, a meio de dezembro, haverá atuação do grupo na festa de Santa Luzia. E ele estará lá. ●

## MILHARES EM SEGUNDOS

► Ricardina Lima, prima de Cristiano, divulgou o caso que teve, num ápice, 10 mil partilhas na Internet. Contou a história no facebook: “Amigos, Cristiano tem trissomia 21, adora música e gostava muito de participar

no grupo musical da freguesia, mas não pode... e porquê? Porque algumas pessoas recusam-se a tocar no grupo caso esteja presente! (...) Vamos denunciar porque provavelmente não é o único”, escreveu. Resultou.



Ficha de Língua Portuguesa

Nome: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

## Falar com as mãos

A mãe do João chega mas não vê a bicicleta do filho. Por isso, pergunta-lhe através de gestos:

- A bicicleta?
- A bicicleta estragou-se! – responde-lhe o filho com as mãos.

O Manuel exclama deliciado:

- Ele fala com as mãos!
- Sabes que ele não ouve, é surdo – explica a mãe do João. – As pessoas surdas têm uma língua diferente da nossa, chama-se Língua Gestual.
- Mas, quando eu falo, ele percebe o que eu digo! – observa o Manuel.

Ainda não tinha acabado a frase e já o João, tocando no ombro do Manuel, explica-lhe em Língua Gestual:

- Eu leio nos teus lábios.



Madalena Baptistas, *Falar com as Mãos*,

Pé de Página Editores (adaptado)

Lê o texto com atenção e responde às seguintes perguntas:

1) – Neste texto participam \_\_\_\_\_ personagens.

São o \_\_\_\_\_, o \_\_\_\_\_ e a mãe do \_\_\_\_\_.

2) – O que aconteceu à bicicleta do João?

\_\_\_\_\_.

3) – Como é que o João e a mãe comunicam?

\_\_\_\_\_.

4) – Por que razão comunicaram através de gestos?

\_\_\_\_\_.

5) – O Manuel ficou espantado porquê?

\_\_\_\_\_.

6) – Como é que o João percebia o que o Manuel dizia?

\_\_\_\_\_.

7) Escreve de novo as frases, substituindo as palavras destacadas por sinónimos.

Ele não **ouve**, é surdo! – **explica** a mãe.


\_\_\_\_\_.

Ele **percebe** o que eu digo.

\_\_\_\_\_.

Ainda não tinha **acabado** a frase.

\_\_\_\_\_.



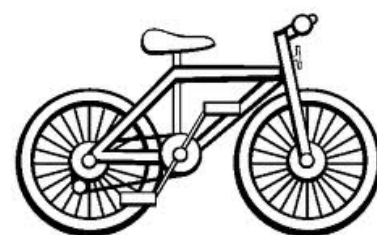
escuta  
esclarece  
terminado  
entende



1) Ordena alfabeticamente as palavras indicadas.

- tinta
- mãe
- ombro
- filho
- bicicleta
- lábios
- percebe
- surdo

1ª \_\_\_\_\_ 6ª \_\_\_\_\_  
2ª \_\_\_\_\_ 7ª \_\_\_\_\_  
3ª \_\_\_\_\_ 8ª \_\_\_\_\_  
4ª \_\_\_\_\_ 9ª \_\_\_\_\_  
5ª \_\_\_\_\_ 10ª \_\_\_\_\_



2) Escreve duas frases usando as palavras indicadas no quadro ao lado.

---

---

---

deliciado.  
Manuel A  
estragou-se.  
estava do  
bicicleta  
O João

3) Em cada frase que se segue há uma “palavra pirata”. Descobre-a e volta a escrever as frases corretamente.

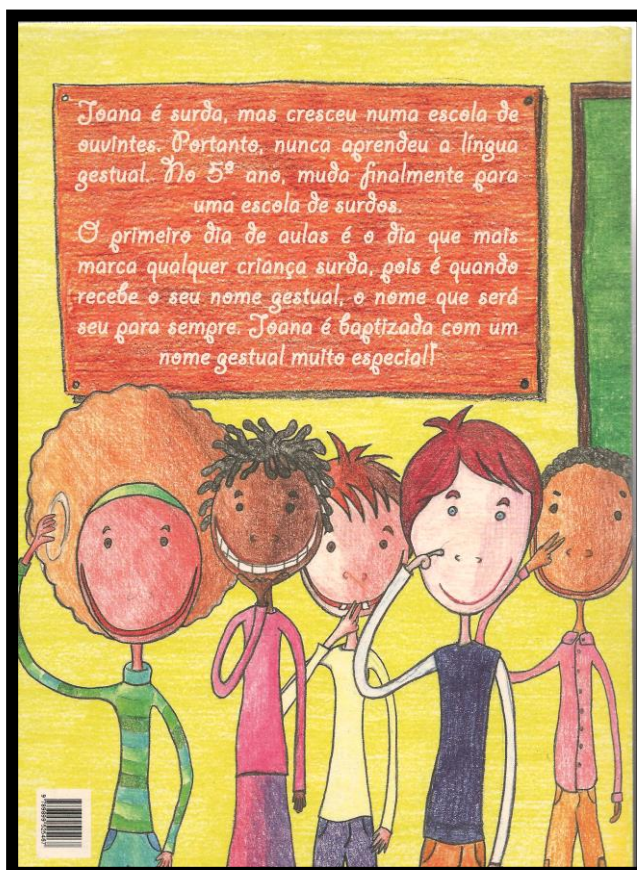
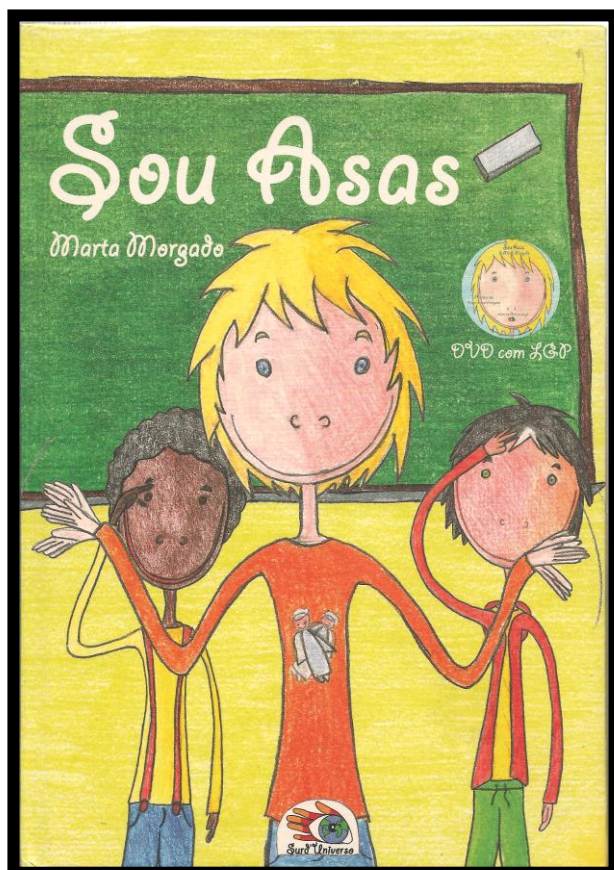
A mãe ofereceu banana uma bicicleta ao filho.

---

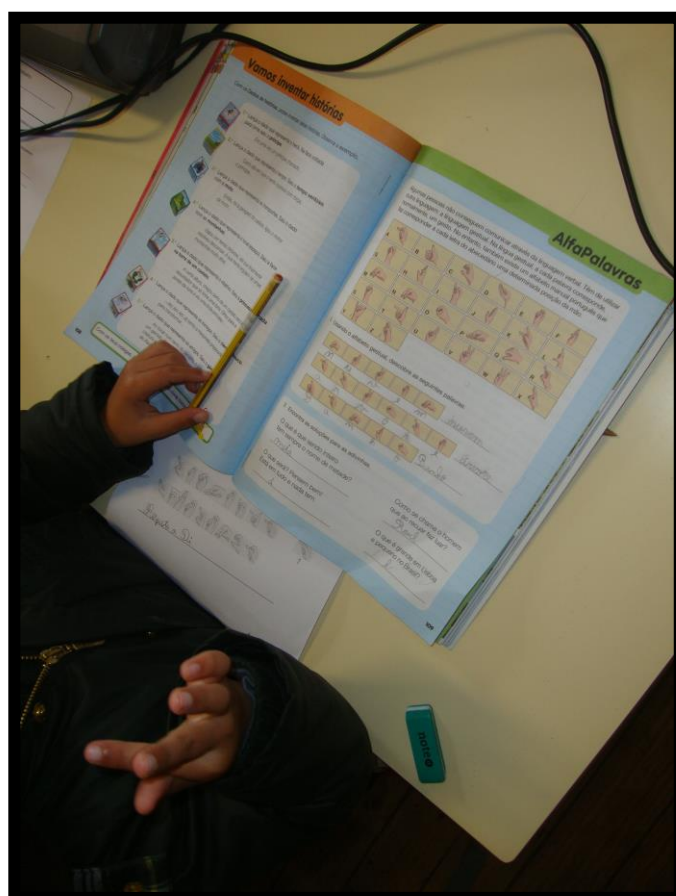
As pessoas surdas utilizam a língua vermelha gestual.

---

Anexo 10 – Livro “Sou Asas”



**Anexo 11 – Registo fotográfico: “Gestualizar” palavras em língua gestual**





**Anexo 12** – Registo fotográfico: Cartaz alusivo ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência

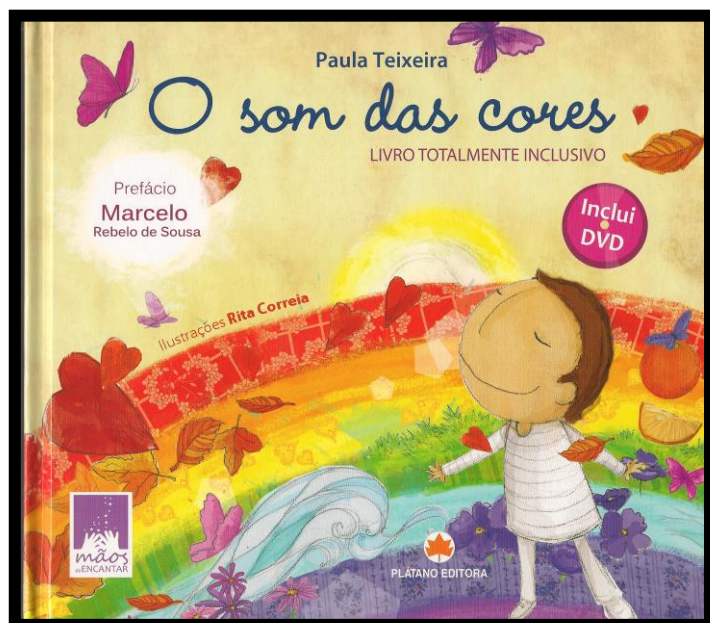


Anexo 13 – Registo fotográfico: Puzzle de um desenho alusivo à deficiência





## Anexo 14 – Visualização da história em vídeo “O som das cores”



**Anexo 15 – Visualização em vídeo das cores em língua gestual**



**Anexo 16 – Registo fotográfico: Jogo da cabra cega**





Anexo 17 – Leitura do livro “O livro negro das cores”



**Anexo 18 – Primeira ficha de trabalho**

**Ficha de Trabalho**

Nome: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

1) Em que dia se comemora o dia Internacional da pessoa com deficiência?

4 de dezembro

3 de novembro

3 de dezembro

2) Quais são os cinco sentidos que conheces?

---

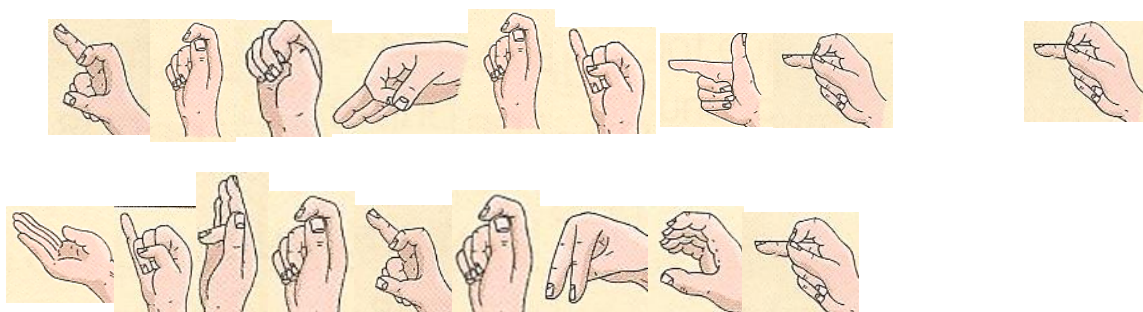
---

3) Agora completa a seguinte frase:

Uma pessoa que não ouve é \_\_\_\_\_, está afetado o sentido da \_\_\_\_\_.

Estas pessoas usam a língua \_\_\_\_\_.

4) Consulta o abecedário da língua gestual do teu manual (página 109) e decifra a seguinte mensagem:



Anexo 19 – Segunda ficha de trabalho

Ficha de Trabalho

Nome: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

1) Que tipos de deficiência conheces?

---

---

2) Completa a seguinte frase:

Uma pessoa que não vê é \_\_\_\_\_, está afetado o sentido da \_\_\_\_\_.

Estas pessoas usam o \_\_\_\_\_ para ler.

Uma pessoa com deficiência motora normalmente, desloca-se em \_\_\_\_\_.

3) A vida da pessoa com deficiência não é fácil. Enumera algumas situações que facilitam a vida das pessoas com deficiência.

---

---

4) Quais foram as atividades que mais gostaste de realizar, ao longo destas duas semanas?

---

---



Respostas dadas pelos alunos à questão n.º4 da segunda ficha de trabalho:

4) Quais foram as atividades que mais gostaste de realizar, ao longo destas duas semanas?

A língua gestual e o jogo de tapar os olhos jogar o jogo como um menino e outro quando

4) Quais foram as atividades que mais gostaste de realizar, ao longo destas duas semanas?

Eu gostei de jogar à mímica e também gostei de aprender língua gestual

4) Quais foram as atividades que mais gostaste de realizar, ao longo destas duas semanas?

Eu gostei de jogar o jogo da mímica também gostei de tapar os olhos e língua gestual.

4) Quais foram as atividades que mais gostaste de realizar, ao longo destas duas semanas?

Gostei de todas as atividades

4) Quais foram as atividades que mais gostaste de realizar, ao longo destas duas semanas?

Eu gostei de aprender a língua gestual.